



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

JOSEANE DOS SANTOS NASCIMENTO

**ASSENTAMENTO RURAL PALMARES II É A LUTA PELA TERRA
NO SUL DO PARÁ**

**RIO DE JANEIRO
2016**

JOSEANE DOS SANTOS NASCIMENTO

**ASSENTAMENTO RURAL PALMARES II É A LUTA PELA TERRA
NO SUL DO PARÁ**

Relatório final, apresentado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título graduação e bacharelado em Assistente Social.

**RIO DE JANEIRO
2016**

NASCIMENTO, Joseane dos Santos

Questão agraria no estado do Pará/ Joseane dos Santos Nascimento – Rio de Janeiro, 2016

Artigo (trabalho de conclusão de curso de graduado e bacharelado em serviço social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro- 2016

Orientadora: Prof; Maristela Dal Moro

JOSEANE DOS SANTOS NASCIMENTO

**ASSENTAMENTO RURAL PALMARES II É A LUTA PELA TERRA
NO SUL DO PARÁ**

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de graduação e bacharelado em curso de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de janeiro ___/___/___

Prof. Maristela Dalmoro

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Prof.

Prof.

DEDICATÓRIA

Como uma peça desse quebra-cabeça, no meio de uma sociedade que nos impedi de amar a realidade, que nos dá somente a utopia de um amanhã melhor, eu sempre pensei o que seria se nós tivéssemos a Reforma Agraria.

Cresci com isso na mente, vendo o meu pai sair pela porta de um barraco sem algo certo, buscando um espaço, uma terra para criar os seus filhos e dar melhores condições de vida. A vida de militante tem os prós e os contras, como toda profissão. Os prós é que ele está na luta por um objetivo muito maior que é ter uma terra para os seus filhos, para que a sociedade seja mais igualitária para todos. Os contras é justamente a ausência de não ter o seu pai ali, para que ele segure a sua mão nos tropeços da vida no meio da grande contradição que se construiu a sociedade brasileira.

Venho de uma família que sempre me vi no meio das reuniões para discutir que caminho seguir amanhã, e ainda hoje, o caminho não parou. O tempo passa e agora não é só meu pai que sai pela porta dizendo até logo, tenho uma outra reunião ou encontro, eu, como militante, posso falar que a maior escola é o mundo, eu vou além do senso comum, a maior escola é a militância no MST.

No decorrer destes seis anos de luta pelo título de Assistente Social pude contar com o apoio de minha família, que sempre esteve do meu lado e ainda mais agora na conquista do conhecimento. Estes foram os anos mais longos, e de grandes histórias, de saudade, e a minha família não me deixou abaixar a cabeça, me estendeu a mão e me levantou, então o que quero dizer é que este trabalho não é só meu, mas de cada um de vocês. Obrigado família por estar ao meu lado sempre.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha família que sempre esteve comigo nesse momento de busca do saber.

Aos Professores(as) que teve a paciência de ensinar e de compartilhar o seu conhecimento com nós alunas(os).

Aos amigos(as) que souberam entender o não para passear, e que souberam escutar e compreender os momentos de ausência.

Ao meu amigo Henrique Dantas, que me recebeu em sua casa, para que eu terminasse este trabalho final de curso,

Ao MST, por acreditar que a educação liberta e por ter dado essa oportunidade.

A minha orientadora Maristela Dal Moro que teve a paciência de me orientar ao longo desse trabalho.

Queremos nossa terra...

Verde que te via, hoje verde não vejo mais
Só o cinza da agonia tirando a minha paz...
Fui obrigado a sair, abandonar o interior
A seca massacra o nosso povo e o governo em nada ajudou
O banqueiro logo correu na frente, juros altos para cumprir a mais valia
Meu povo perecendo tristemente perdendo a terra onde vivia
Latifúndio cruel e desorientador, na caçada pelo lucro acabou-se o amor...
A terra é de quem planta e foi esse o dom que Deus me abençoou
Mas o banco faz por vingança e rouba a terra do trabalhador
O agrotóxico é um veneno invisível
Mas movimenta economia e uma saúde de baixo nível
O que os interessa é o capital
Orgânico é luxo para quem pode natural...
Assim sofremos com doenças envenenados aos poucos
Só para vender remédios, metendo a mão no nosso bolso
Nada está mudando, então temos que transformar
Encaminhar para outro rumo, almejando o Poder Popular
Reforma Agrária já, é o que peço por favor!
Para poder rever o verde que o sistema me roubou
Arranque a grande cerca e façamos nossa horta
Esse tempo é o momento e a hora é agora
Com o hino do camponês marchando nesse chão
Unindo forças com força para atenderem nossa reivindicação.

Henrique Dantas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo de estudar os momentos históricos do Assentamento Palmares II, no estado do Pará e como o processo de acampamento e assentamento provocou mudanças que possibilitaram a construção de lideranças e o fortalecimento da organização do MST na região. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica quando tratou-se da questão agrária na região sul no estado do Pará. Foram realizadas entrevistas com os assentados e utilizou-se como referência a vivência que tenho no assentamento como militante do MST e filha dessa luta que ainda é uma luta árdua para a conquista da terra.

Este trabalho demonstra a força de um movimento na conquista de um território para que as famílias assentadas possam ter uma melhor qualidade de vida. Discute-se ainda, os conflitos gerados pelo controle do poder que o agronegócio tem na região do sul do estado do Pará o que faz com que cresçam, também, os conflitos na região.

Apresenta-se aqui, a história do MST, que foi criado com o objetivo de unir o povo na defesa do direito à terra para produzir, garantido com isso, a sua manutenção no campo. Esse trabalho poderá contribuir para diminuir e socializar as experiências de luta pela terra demonstrando que o MST é um movimento que busca fortalecer os direitos dos trabalhadores Sem-Terra. Apresenta-se a história de luta e conquista de um povo que é constantemente massacrado pelo capital, no qual o Estado mostra-se omissivo com a questão agrária e com o povo menos favorecido.

Palavra-chave; Questão Agrária, Movimento Sem Terra, Assentamento Rural.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO: 1	
1- A QUESTÃO AGRÁRIA	13
1.2 - LEI DE TERRAS DE 1850.....	15
1.3 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XX.....	17
1.4 - QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO PARÁ.....	26
1.5- A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO SUDOESTE DO PARÁ.....	28
CAPÍTULO: 2	
2- O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DO PARÁ.....	31
2.1 - A ORIGEM DO MUNICÍPIO PAUAPEBAS COM A EMPRESA VALE DO RIO DOCE NO ESTADO DO PARÁ.....	35
2.2 - HISTÓRIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PALMARES II.....	37
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
4- BIBLIOGRAFIA.....	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como motivação a minha vivência enquanto militante e moradora do Assentamento Palmares II. Intencionava-se e era necessário que a realidade desse Assentamento e da luta pela terra na região fosse socializada para diminuir as distorções acerca dessa luta e das famílias residentes no Assentamento, diminuindo a força da grande mídia que utiliza de suas estratégias para fragilizar o Movimento.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, quando tratou-se do tema da questão agrária. Os principais autores foram: João Pedro Stedile, Sheila do Socorro Lima Teixeira, Isabela Camini, Jeansey Lima, Rocha, André Carlos, estes autores são estudantes e conhecedores da realidade dos assentados da reforma no estado do Pará. Foram realizadas entrevistas com os assentados e utilizou-se como referência a vivência que tenho no assentamento como militante do MST e filha dessa luta que ainda uma luta árdua para a conquista da terra.

Tivemos algumas dificuldades, pois existe pouco material produzido acerca da realidade dos assentamentos da região norte do país. Mas percebe-se que atualmente esse tema vem ganhando mais força entre os pesquisadores o que levará ao aumento da produção acerca dessa realidade.

O trabalho divide-se em dois capítulos. No primeiro faz-se uma contextualização da questão agrária no Brasil. Inicia-se com o período da colonização portuguesa, tratou-se da Lei de Terras a onde a elite brasileira se posicionava cada vez mais no poder, e, por fim, a atualidade e a relação de poder que ainda se mantém entre a burguesia e Estado deixando os trabalhadores totalmente empobrecidos.

O segundo capítulo trata da consolidação do MST no estado do Pará sua luta e resistência e a conquista da terra e a formação dos assentamentos rurais, e aqui especificamente da formação do Assentamento Palmares II, o qual foi objeto de análise de sua história, trajetória e desafios¹. Esse

1 Assentamento, e após o processo de ocupação, isso ocorre quando pela a via jurídica a terra e desapropriada a fazenda, no qual a terra são do poder da união e é usado pelo os fazendeiros de forma indevida, ai esta terra volta para o estado.

Assentamento se constitui através de grandes conflitos e perseguições políticas o que provocaram inclusive algumas mortes de militantes.

O MST se consolidou através de um processo de o que garantiu ganhos aos trabalhadores, mas enfrentou vários desafios. A luta pela terra vem do desejo de um país mais igualitário para todos e não para aqueles que tem mais riqueza que é produto do trabalho coletivo.

A vida de militante e viver em constante atenção devido a perseguição de fazendeiros. É necessário fazer um trabalho de base para organizar a ocupação² de fazendas, muitas vezes terras públicas e confiscada pelos grandes latifundiários. Os primeiros organizadores da massa dos trabalhadores vem de experiência e conhecimento de sindicatos, partidos políticos e da Igreja.

Este trabalho traz esse contexto de luta pela terra que diante de uma sociedade burguesa, que massacra constantemente os pobres, e que utiliza a mídia capitalista, para maquiagem e criminalizar o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Mas tema resistência marca essa luta e o Assentamento Palmares II, é uma expressão dessa organização que pode mudar vidas de famílias que não tinham lugar para plantar e colher e hoje tem esse lugar para mate a qualidade vida de suas famílias

Dessa maneira, conclui-se que hoje a reforma agrária se faz necessária, principalmente por motivo social é políticos para incluir milhares de famílias que estão excluídas do mercado de trabalho, e também por motivo político, pois o país tem um “débito social” com a população pobre, que historicamente sofreu com a escravidão, a exploração e a subordinação nas grandes fazendas, visto que, são eles os verdadeiros responsáveis pelo crescimento econômico do país por meio do trabalho e, no entanto, continuam excluídos e esquecidos na mais absurda miséria

2 Acampamento e o processo inicial do assentamento, e quando e feito um trabalho de base para saber quando a terra estar sendo usado ilegalmente pelos fazendeiros e os grandes proprietários de indústrias nacionais e internacional

1- A QUESTÃO AGRÁRIA

A divisão de classe social tem marcado a sociedade brasileira e essa marca vem desde sua origem com o processo de colonização portuguesa, que instaurou o regime de sesmarias que era o regime de direito da terra vigente em Portugal, e que foi encaminhado para o Brasil. Neste regime a Coroa tinha o controle das terras.

(...) a sesmaria deriva “para alguns, de *sesma*, medida de divisão das terras do alfoz; [...] para outros, de *sesma* ou *sesmo*, que significa a sexta parte de qualquer cousa; ou ainda para outros, do baixo latim *caesina*, que quer dizer incisão, corte. [...] Certo é que a constituição das sesmarias não se fazia, sem preceder à divisão e reparti-lo das terras incultas; a pensão ou renda estipulada consistia, geralmente, na sexta parte dos frutos; e, por último, o fim, a que atendia para constituí-las, era o roteamento — o rompimento, pelo arado ou pela enxada, das terras abandonadas. Sesmeiros, de outra parte, eram denominados os magistrados municipais, encarregados da repartição e distribuição das terras do alfoz” (LIMA, 1990, p. 19-20).

Nesse regime, que se manteve no decorrer do processo de colonização, somente os brancos “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que os escravos, índios, judeus, mouros, etc, não possuíam o mesmo direito. Sendo assim, os senhores de engenho, considerados como “puros”, obtinham grandes quantidades de áreas para suas plantações de cana-de-açúcar, ficando assim uma maioria da população sem o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios.

O modelo colonial no Brasil foi se organizando por meio de três pilares: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

É importante salientar que a forma familiar de produção agropecuária esteve continuamente presente desde o processo de ocupação do Brasil, mas de forma subordinada à grande propriedade, tendo seu foco na produção alimentos como cereais para a subsistência e para o abastecimento de pequenos mercados locais, lembrando que as grandes lavouras, daquela época, só produziam monocultura cana-de-açúcar que era exportada para Portugal e outros produtos principalmente os consumidos pelos nativos na segunda metade do século XVII, algodão e tabaco.

A forma de produção familiar no Brasil colônia constituía-se em:

[...] atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo - inclusive, principalmente, de capangagem. Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...], eles eram freqüentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhores que as dos escravos. [...]. De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. (SZMRECSÁNYI, 1990, pp. 14-16)

Segundo WANDERLY (2006, In. Miralho, 2001) destaca que:

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, pp. 36-37)

É importante notar que, apesar de todos os obstáculos e imposições, os trabalhadores familiares no Brasil persistiram e resistiram, com atos e ocupações e movimentos estudantil, mesmo estando em posição secundária no processo de produção e subordinados as grandes propriedades. É importante destacar que, durante o período colonial, a produção familiar, ainda que ocupando um lugar menor na sociedade brasileira, teve uma grande importância para o Brasil naquela época, tendo em vista que, enquanto as grandes propriedades se preocupavam em produzir açúcar para o mercado internacional, os pequenos produtores familiares estavam produzindo produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) os quais são necessários para alimentação da população.

1.2 - LEI DE TERRAS DE 1850

A lei de terras de 1850 foi decretada pelo Estado e teve como propósito impedir o livre acesso à terra, transformando-a numa mercadoria, só podendo ter acesso a ela quem pudesse comprar, como ressalta Martins,

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje. (MARTINS, 1997, p. 17)

Com a Lei de Terras a elite brasileira se posicionava cada vez mais no poder, e isto impossibilitava a população pobre, que era a maioria, em ter acesso à terra, ficando assim a mercê dos grandes fazendeiros, sendo submetidos ao trabalho escravo.

Essa foi uma estratégia do Estado Brasileiro, pois com a chegada dos europeus ao Brasil estes tiveram livre acesso à terra, como no regime de sesmarias. A História demonstra que os europeus preferiram ter sua própria terra ao invés de trabalhar como empregados nas lavouras de café que estava em ascensão a partir do século XIX.

Em meados do século XIX, o Brasil apresentou um momento propício para a efetivação da Reforma Agrária, devido os olhares estar todos voltados para as ações dos movimentos sociais e as mais absurdas formas de coagir o povo na rua, não ocorreu, tendo em vista que isto jamais interessou às elites brasileiras, nem aos grandes latifundiários, nem ao próprio Estado, pois se necessitava naquele momento de trabalhadores sem-terra para trabalharem nas suas lavouras de café.

Nesse sentido, o Brasil fez o contrário dos Estados Unidos que abriu as terras da fronteira do Oeste para livre acesso aos colonos que quisessem ocupá-la, mediante uma supervisão do governo. “Essa foi a reforma agrária americana, que assegurou a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar” (MARTINS, 1997, p. 14).

Dessa maneira temos a Questão Agrária brasileira, segundo Martins (1997, p. 12),

Surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

A Lei de Terras surge no momento em que houve a libertação dos escravos, porém nesse momento a terra se torna cativa, pois não se tinha livre acesso, era somente para quem tinha condições de pagá-las. Esse não era o caso nem dos escravos libertos, nem tampouco, dos imigrantes colonos que chegaram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café.

1.3 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XX

Com o avanço da economia na década de 1930, os centros de produção agrícola e o desenvolvimento de uma industrialização interna, pode promover vários movimentos migratórios, tanto no sentido rural urbano quanto intra-rurais, especialmente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo. (Miralho, 2006, In: SORJ, 1986). Em suma,

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano -industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se à não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21)

Tendo o Brasil um bom desenvolvimento, a partir da década de 1950, a zona rural passou a receber alguns investimentos tecnológicos pelo governo federal e financiado pelo Banco do Brasil para suprir as necessidades dos grandes proprietários. Com isto o governo objetivava acabar com os antigos cafezais e construir outras culturas com a participação de novos mecanismos

tecnológicos fabricados pelas indústrias, tais como trator e máquinas modernas.

Contextualizando a partir de meados do século XX:

O Padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e, portanto, um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária. (Miralho 2006 In: SORJ, 1986, p. 20)

A pequena produção familiar no Brasil sempre foi vista como algo insignificante pelos governantes, porém, cabe ressaltar a persistência, ou seja, a luta por sobrevivência dos camponeses e sua produção, para se sobressaírem em meio da produção da monocultura, salientando que a produção familiar mesmo sem apoio necessário vinha conseguido desenvolver e dinamizar a produção agropecuária e a Reforma Agrária.

Conforme ressalta Miralho 2006 em SORJ (1986, p. 22),

A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento central na compreensão da permanência do latifúndio no bloco do poder durante o período populista.

Os movimentos sociais, as Ligas Camponesas, militantes do povo trabalhador rural ganharam força no final da década de 1950 e início de 1960, quando o movimento no campo começa a ser visto através de suas mobilizações e pressões em prol de seus direitos por Reforma Agrária. Este movimento ganhou força principalmente no governo de João Goulart, que defendia a questão da reforma agrária para um bom desenvolvimento do país.

Neste período de perseguições políticas, houve um fortalecimento da reforma agrária e um desequilíbrio nas oligarquias dominantes, as quais preocupadas com esta fragilidade, instituíram o pacto entre elites para destruir a Reforma Agrária e a opção pela modernização tecnológica da grande propriedade com o famoso golpe de Estado, do qual mais uma vez garante forças entre governadores, senadores, deputados, fortalecendo a classe burguesa industrial.

Mas, de acordo com SORJ in: Miralho (2006)

A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento central na compreensão da permanência do latifúndio no bloco do poder durante o período populista.

Após o Golpe Militar de 1964 ocorre uma reorganização da produção agropecuária e,

[...] foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado. No caso Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras. (Miralho, 2006 In: SORJ, 1989, p. 28)

A Reforma Agrária fica mais uma vez submissa aos grandes empresários que defendem uma nova agricultura modernizada, da qual só foi rentável aos médios e grandes proprietários, os quais usufruíam com compras de máquinas modernas, e fertilizantes, adubos químicos agrotóxicos e etc.

As consequências desta modernização da agricultura aprofundam ainda mais a desigualdade social, a concentração fundiária do país e traz sérios prejuízos ao meio ambiente.

O Miralho (2006) ressalta Bergamasco e Norder (2003, p. 30),

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome. A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

De acordo com Souza, Cleonece Borges; Caume, David José

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. O crédito agrícola foi o vetor da modernização do Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitaram as

atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agro industrialização das matérias-primas do campo. Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo constituindo setores e definindo a ênfase das políticas. (2008. P.7)

Com essa modernização da agricultura financiada pelo Estado, os grandes proprietários se tornam grandes empresários e há um aumento significativo da produção, principalmente, de produtos para a exportação. A agricultura camponesa e os trabalhadores do campo, de modo geral, não recebem nenhum auxílio por parte do Estado e, com isso, aprofunda-se ainda mais a pobreza e aumenta a exploração das terras e do trabalhador campesino e o êxodo rural.

Grupos que tem perspectiva de que o povo Brasileiro tem direito à qualidade de vida, e que organizados são capazes de conquistas, de transformar a ideologia política, para que a sua voz seja ouvida diante da exploração do capital e da “cegueira”, que está impossibilitando a sociedade ver o caos provocado por empresas que exploras os trabalhadores, envenena a nossa água e desmatas as nossas florestas é somos nós que pagamos a conta.

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um movimento que ganhou força pelos seus objetivos nas lutas que realiza com o povo, unido atrás do mesmo ideal, que é a conquista da terra e seus direitos. Segundo reportagem, *“fruto da história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500. Por conta disso, aconteceram diversas formas de resistência com os quilombolas Comudos, as Ligas Camponesas, as Lutas de Trambose e Formosa, entre muitas outras”* (Os 25 anos do MST, nº 23 janeiro de 2009)

A CPT, próximo ao fim da ditadura militar, em meados da década de 1980, esperava-se que a Reforma Agrária seria realizada, pois se fortalecia a democracia que possibilitou a reorganização dos movimentos sociais e, no campo se fortalece a luta pela terra e a organização dos Sindicatos, principalmente, pela ação política implementada pela Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que era a favor da Reforma Agrária.

Surge a proposta de um partido que atenta para a necessidade de estar dentro da máquina que movimenta a sociedade. Aconteceu quando lideranças de movimentos sociais e intelectuais, não mais suportando as represálias e a forma com que o povo estava vivendo, reuniram-se e fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), com intuito de buscar políticas públicas e uma forma mais igualitária para os trabalhadores. *“PT nasceu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colígea Sion em São Paulo, com a participação de diversos representantes dos movimentos sociais e intelectuais de todo o país”* (Lacerda; P. 5).

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi o primeiro sindicato em 1962, reconhecido em 42 federações pelos assalariados e trabalhadores rurais. Teve o seu reconhecimento em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.

“Recém criada a CONTAG, na busca pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, pela reforma agrária, sofre de imediato a violência do golpe militar sobre as lideranças de sua organização, que viu bandeiras de lutas políticas dos trabalhadores, em especial, a da reforma agrária, serem colocadas em segundo plano. Foi primordial na pressão em favor da reforma agrária no final da ditadura militar” (2º MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS EM CONCEPÇÃO, PRÁTICA SINDICAL METODOLOGIA DA FORMAÇÃO.)

Com a presidência de José Sarney foi elaborado o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Este plano só ficou no papel pois as forças contrárias ainda eram maiores.

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los apêços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (Miralho 2006 In: MARTINS, 1997, p. 35)

Mais uma vez a Reforma Agrária é barrada em nome dos interesses dos grandes proprietários de terra e do grande capital.

A luta em favor da Reforma Agrária no Brasil foi, e continua sendo, uma disputa de poderes entre classes dominantes, camponeses e trabalhadores de modo geral. Porém, apesar dos impasses políticos os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST com o apoio da CPT, foram se desenvolvendo e se expandido pelo território nacional, aumentando o número de pessoas que conseqüentemente aumentaram o poder de pressão. As estratégias de luta se ampliaram e passaram a realizar grandes ocupações e formações de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Isso possibilitou que a luta pela Reforma Agrária, a partir dos anos 80, ganhasse força e visibilidade no Brasil, estando presente nos discursos e promessas de governo.

O MST, especificamente na década de 1990, ganha uma repercussão nacional com ocupações de algumas fazendas, sobretudo no Pontal do Paranapanema, garantindo assim sua entrada nos meios de comunicação e ganhando boa parte da opinião pública a seu favor.

Dessa maneira, devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, o governo federal durante a mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, começa a acelerar os processos de desapropriação de terras e a intensificar a implantação de assentamentos rurais.

Com a eleição Presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) eleito em 2003, pautado nas ideias do partido defendeu a realização da Reforma Agrária, entretanto, através das ações de medidas econômicas, durante seu mandato, para que possa passar pela crise na qual se encontrava com o endividamento externo, proporcionou poucos avanços e novamente, na História brasileira, prevaleceu os interesses dos grandes proprietários de terras,

A ação mais importante desse governo foi a elaboração e aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA),

“De outro lado os ruralistas, que se sentindo ameaçados e avessos a qualquer mudança no campo, partiram para os ataques e críticas. E por fim o governo, que por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), anunciou uma série de medidas e no final do ano, em meio a controvérsias, aprovou o II Plano Nacional de Reforma Agrária”(Albuquerque. 2006, P. 107).

Desde do início do governo Lula, este veio a ressaltar três categorias da sociedade que se teve interesse na sua gestão: o Movimento Rural Sem Terra, com possibilidade de ações como a II PNRA, para que tenha avanços na questão agrária, com o grande número de famílias que não tem o documento de sua terra, ou até mesmo aquelas que ainda estão a espera de ser assentadas, os Ruralistas, que tem os seus interesses próprios para que ele possa continuar a dominar o mercado da agricultura, e o Governo que tem o grande número de burgueses no interesse do lucro.

Nessa época, aconteceram grandes conflitos em regiões de acampamento, fazendo com que o MST se articulasse para pressionar o presidente para que as suas promessas fossem cumpridas. Intensificando ações de acampamentos, com manifestações e atos públicos, esta foi uma forma do MST ganhar visibilidade até a conferência que ocorreu em Brasília. Os ruralistas expuseram suas preocupações com o fato de que o MST é organizado e tem como o objetivo a Reforma Agrária, o que é totalmente oposto ao objetivo destes ruralistas

Nessa conferência os ruralistas se colocaram contra a proximidade entre o presidente Lula e o MST, fazendo interferência no II Plano Nacional da Reforma Agrária, com alegação de que os Sem Terras cometeram ilegalidade no ato de ocupação, com desmatamento, queimadas e com apropriação indevida de terras nas áreas de ocupações.

“os ruralistas manifestam suas insatisfações em relação à audiência do presidente da República com as lideranças do MST no palácio do planalto, no mês de julho. Na ocasião o presidente recebeu um presente do sem-terra e colocou o boné do MST”.

[...] “Esse gesto provocou um desconforto grande no meio de comunicação e chegou-se até em falar na crise do Boné. No dia seguinte à audiência, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, declarava sua preocupação com a estabilidade política do país e dizia que o “... presidente da República, no mínimo, contemporizou com os

saques e desordens realizada pelo MST” (Albuquerque, 2006, P.118).

No confronto de opiniões dentro do Governo, os Ruralistas fazem oposição ao Plano, pressionando com mandatos de prisão a líderes do MST, até mesmo a desapropriação de acampamentos já considerados assentamentos, aumentando a perseguição política. *“segundo dados da CPT e do MST, até setembro de 2004 foram presos 31 trabalhadores rurais no país, desses, 10 só no estado do Pará”* (ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira, Dissertação de Mestrado USNESP, 2006, P. 118).

Assim, trazendo à tona a perseguição política dos dirigentes, e a verdadeira face da bancada Ruralista do país, quem não comunga do mesmo interesse desses Ruralistas, que é justamente a apropriação de terras da nação para o agronegócio, é cassado, preso ou até mesmo morto por querer uma sociedade mais igualitária para todos. Essa condição de igualdade só virá com a efetivação da reforma agrária.

Ainda no primeiro mandato do Lula, ele trabalhou com a intensificação na economia, a diversificação do mercado nacional e internacional, e com isso veio a possibilidade de novos projetos direcionados para a classe menos favorecida, como o projeto Fome Zero.

“houve melhorias no mercado interno que se refere a distribuição de renda, de modo que, a parte de 2004 ocorreu incremento do salário real, além da implantação de programa sociais que atendem a classe menos favorecidas da população, com o Fome Zero por exemplo” (P.7 2012)

Chegando ao fim do primeiro mandato do presidente Lula, ocorreu que não houve o cumprimento dos Planos com o Movimento Social, e sim um aumento nos conflitos agrários e com a elevação de áreas ocupadas por agronegócio no país.

Já no seu segundo mandato, Lula se compromete novamente com a Il Plano Nacional de Reforma Agrária, com a liberação de recurso, via o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para assentar as famílias

acampadas, recuperações de assentamentos e créditos fundiário. No qual não conseguiu atender metade das famílias acampadas.

Mantendo sua postura com relação à economia, e assumindo um compromisso com os trabalhadores, o seu segundo mandato inclinou esforços para o Programa de Aceleração do Crescimento.

“o segundo mandato do presidente Lula teve um plano, elaborado pensando-se no crescimento pelas vias do atuação, estatal, com investimentos orientados, sobretudo, na infraestrutura do país. Esse plano ficou conhecido como (PAC), programa de aceleração do crescimento” (P.8, 2012)

Dilma Rousseff³ foi eleita no ano de 2011, sendo a primeira mulher no Brasil a chegar à presidência da República. Sua proposta de ação foi voltada para a erradicação da pobreza, no entanto, seguiu os passos dos governos anteriores a ela, correspondendo a uma perspectiva neoliberal. Com dois anos de seu segundo mandato, através do processo de impeachment, foi exonerada do seu cargo, sob acusação de crime de responsabilidade.

1.4 - QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO PARÁ.

O sudeste do Pará foi um dos 40 territórios rurais em todo o Brasil que, a partir de 2003, foi contemplado com a Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. *“É constituído pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia”*. (Santos e Mitja 2011).

O estado do Pará corresponde a uma área de 3% destinada ao desenvolvimento da região Amazônica, apresenta dois grandes centros regionais, que tem um alto custo e que mantêm o PIB do estado, sendo Marabá e Parauapebas ocupando 60% da área do território.

3 DILMA ROUSSEFF; Dilma antes de ser presidente ela foi a ministra de minas e energia e assumiu a presidência do Brasil em 2011. e no seu segundo mandato ela sofre o golpe, o impeachment. Mais informações só site. pt.wikipedia.org/wiki/dilma_rousseff.

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário instituiu o programa “Territórios da Cidadania”, com o objetivo de promover o crescimento de regiões com baixo dinamismo econômico, principalmente no meio rural, garantindo o acesso à cidadania e superação da pobreza. Existem 120 territórios em todo o Brasil.

O Território do Sudeste do Pará, agora chamado “Território da Cidadania Sudeste Paraense”, é composto por aproximadamente quatorze municípios, abrindo sua área de atuação para atender 14.647 agricultores familiares e 26.146 famílias assentadas (MDA, 2008).

No Território do sudeste do Pará, encontram-se mais de 160 Projetos de Assentamentos (PA's) que beneficiam mais de 18.500 famílias. A ocupação do espaço agrário dessa região ocorreu através de grandes ações apoiadas pelo governo militar, que buscava fortalecer a grande produção, principalmente, a pecuária de corte extensiva. Como consequência temos o desaparecimento de grandes áreas de florestas a partir dos anos 70 para serem convertidas em pastagens.

Atualmente, observando a paisagem do território, vê-se grandes áreas de pastagens e pecuária, tendo a atividade agrícola num nível de maior importância. O índice de desmatamento é alto e vários municípios apresentam situações críticas (São Domingos do Araguaia – 13% de floresta e Eldorado dos Carajás – 15 % de floresta), outros municípios possuem maiores taxas de cobertura florestal explicadas pela presença de FLONAS⁴, APAS⁵ e Reservas indígenas (Parauapebas - 80,82%, Marabá - 52,99 % e Itupiranga - 51,16%) (PTDRS, 2006).

Com o decorrer do tempo, grande parte da região amazônica passou a ser agregada aos mercados globais, por meio da exploração de determinados produtos que tinham valor comercial. A partir do século XIX, no

4 FOLONAS; de acordo com legislação que regulamenta as unidade de conservação brasileira, são áreas com coberturas florestal de espécies predominante. Que pode ser encontrada no site pt.wikipedia.org/wiki/floresta_nacional

5 APAS; de acordo com a legislação ambiental brasileira, áreas de proteção ambiental (APAS) encontrada na pagina de proteção e desenvolvimento APAS; http://www.rodabiologia.com/ecologia/area_proteção_ambiental.htm.

caso da seringueira, começou a valorizar-se bastante o látex dessa árvore, e proprietários de grandes quantidades de terra acharam uma oportunidade de rentabilidade através da contratação da mão de obra nordestina pelo sistema de aviação.

Essa prática possibilitou o aumento da produtividade e ampliou a exportação de produtos, principalmente, a borracha. Tem-se um aprofundamento no sistema baseado no patriarcalismo, na patronagem, na violência e no trabalho semiescravo.

“Gradativamente a borracha amazônica começa a perder valor no comércio internacional devido à concorrência dos países asiáticos, e a região enfrenta também períodos de estagnação econômica, principalmente nos primeiros decênios do século XX” (HÉBETTE; MOREIRA, 2004, P.5).

1.5- A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO SUDOESTE DO PARÁ

No decorrer do século XIX, existiam ainda algumas áreas de terras que não eram exploradas pela agricultura e eram ocupadas pelos indígenas, constituíam seus territórios e grande parte das vezes eram inacessíveis aos camponeses. *“Dentre esses espaços estava o sudeste do Pará, cuja ocupação por populações não indígenas só veio se concretizar em 1894, com a fundação da cidade de Marabá. O principal produto extrativista era a castanha-do-pará”* (Teixeira 2006 In: GUERRA, 2001).

Em 1930 surge uma legislação específica sobre as áreas onde se explorava esse produto, que era um dos fundamentais sustentáculos da economia regional. Neste período começa a se generalizar o esparsamente e as terras das comunidades tradicionais passam para o mando de famílias detentoras do poder político e econômico local, aperfeiçoando o que Emmi (1998) denominou de “oligarquia dos castanhais”. *“Isso possibilitou que algumas famílias da região possuíssem mais de 45 mil hectares de áreas florestais com grande densidade de castanheiras”* (Teixeira 2006 In; HOMMA, 2001).

A agricultura e a pecuária mantinham um papel de fundamental importância no contexto histórico. Durante esse período os conflitos pelo direito à terra se davam por meio do deslocamento forçado e das ações violentas contra os grupos indígenas que sustentavam tais áreas (Kayapó, Karajá, Xikrin, entre outros), sobretudo, se sobressaiam mediante as constantes formas de expropriação contra populações de ribeirinhos e de extrativistas habitantes nas áreas dos castanhais.

“Com a construção das grandes rodovias (iniciada em 1959, com a BR- 010, a Rodovia Belém-Brasília) a região inicia seu processo de transformação por meio do aumento da migração inter-regional, atraídos pela facilidade de acesso e a possibilidade de crescimento no comércio com produtores do centro e do sul do país” (HÉBETTE; MOREIRA, 2004).

Portanto, neste período, começa uma diminuição acentuada da importância da castanha na economia regional. Isto acarreta o amortecimento da oligarquia e dos donos de castanhais.

Com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), em 1970 pelo Governo Federal, cria-se a possibilidade de grandes projetos na região Amazônica, tais como: Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Manaus-Boa Vista, entre outros. Implantados por grandes empresas nacionais e multinacionais.

“O Sudeste do Pará passou por inúmeras transformações com a abertura das rodovias e implantação dos grandes projetos desenvolvidos na região, como o Programa Grande Carajás (PGC) e a Hidrelétrica de Tucuruí” (HÉBETTE, 1991).

Todo este conjunto de ações repercutiu na conformação de uma região marcada por forte crescimento de movimentos migratórios, trazendo consigo graves conflitos sociais no campo, gerando o crescimento da pecuarização, causando assim, uma imensa taxa de desmatamento na região amazônica.

Uma série de políticas de incentivos fiscais para a atividade pecuária e o estabelecimento de grandes projetos agropecuários com apoio governamental também contribuíram para que gradativamente os castanhais

fossem desmatados e transformados em extensas áreas contínuas de pastagens (FERNSIDE, 1984).

Os conflitos começam a se intensificar, pois se por um lado os grandes proprietários rurais faziam investimentos em seus projetos agropecuários, transformando as antigas áreas de castanhais em fazendas e se aproveitando da mão de obra barata e até mesmo trabalho escravo dos antigos castanhais, por outro lado, ocorria um intenso processo de apropriação de terras por meio de grilagem, com agricultores que já residiam na área, porém não possuíam titulação da terra (os posseiros), e que passaram a ter seus direitos questionados por processos de expropriação a que foram submetidos pelos “grileiros” (MUSUMECI, 1988,P.).

Este período foi marcado por crimes de “pistolagem”, tendo em vista que os posseiros resistiram à forma de desapropriação das terras e houve assassinatos de inúmeros trabalhadores. As constantes ameaças, desde perseguições políticas governamentais foram determinantes no bloqueio da luta pela terra e pela reforma agrária na região.

Com a organização de entidades voltadas a luta dos sujeitos do campo, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963, criou as condições para os debates em prol da Reforma Agrária e fortaleceu a resistência dos trabalhadores Sem-Terra da região.

A criação da CPT ocorreu em função do envolvimento da Igreja nos conflitos pela terra na região, que envolvia a preocupação com os peões das fazendas e agricultores, que muitas vezes também eram submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. O apoio dessas entidades deu nova força a luta e serviu para diminuir esse tipo de exploração.

Na década de 90 ocorrem vários processos para saída da crise e do endividamento externo. Potencializa-se a agroindústria e as contradições da região. Fazendas e uma grande massa de migrante que vieram com esse processo de desenvolvimento e os movimentos sociais surgiam na região, inclinados para luta contra o capitalismo e dar voz ao povo.

Uma das ações que marcou a luta campesina no estado, foi o assassinato de lideranças, um dos casos que ganhou a mídia foi o assassinato de um dos líderes do Acre, Chico Mendes no ano de 1988, que atingiu os movimentos com a brutalidade que ocorreu, e logo depois, veio no estado do Pará, especificamente no Sudoeste, o massacre de Eldorado dos Carajás, onde foram assassinados 19 companheiros do MST no ano de 1996.

Muitos companheiros guardam as sequelas daquele massacre e todos os anos o MST faz questão de lembrar, pois esse caso está impune até hoje. Lembramos também o caso de Dorathy Stang, que foi assassinada no ano de 2005, esse foi mais um caso que ganhou a mídia, fora os que não são mostrados para o mundo, mas nós sabemos quantos companheiros perdemos com essa luta de classe.

Em 1997 foi disseminada na região a Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo, uma ação da CPT, que além de acusar a continuidade dessa chaga social, requeria ações de conscientização nas regiões onde saem os agricultores e procura-se dar apoio aos resgatados.

2- O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DO PARÁ.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) iniciou seu processo de territorialização no estado do Pará em 1989, com a chegada dos migrantes oriundos de diversos estados como: Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Em 1984 houve o primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel, em 1985 o 1º Congresso, em Curitiba.

Nestes encontros, grupos de trabalhadores rurais paraenses participavam na perspectiva de se mobilizarem e juntos criarem o Movimento no Pará, objetivando a intensificação da resistência camponesa. Alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os quais possuíam vínculo com a CUT e os trabalhos da CPT, foram as mais importantes referências que os Sem-Terra obtiveram no início das articulações no processo de formação do MST, no estado do Pará.

Portanto no dia 10 de janeiro de 1990, o MST faz sua primeira ocupação no município de Conceição do Araguaia no Sudeste Paraense, contando com aproximadamente cem famílias que ocuparam uma área da Fazenda Ingá. Neste período inicia as ações do MST no Estado do Pará, os Sem Terras lutam em parceria com os posseiros num dos estados marcados pelo maior índice de violência contra os trabalhadores rurais.

Em junho do mesmo ano o MST faz outra ocupação na fazenda Canarana, e logo após a ocupação é realizado um trabalho de base em Marabá, visando uma nova possibilidade de ampliar o movimento. Ocorreu a ocupação da fazenda Rio Branco em 16 de julho de 1992, sendo que essa ocupação foi prontamente neutralizada, pois os policiais estavam articulados com os fazendeiros e os jagunços da fazenda. Neste mesmo espaço está o Assentamento Palmares II, eixo este que vamos trabalhar mais adiante. Essa ocupação foi um grande marco para o MST, pois esta localidade é uma das áreas do estado do Pará que se tem mais conflitos entre os latifundiários e os camponeses.

O MST se consolida no Pará num momento de aprofundamento da modernização da agricultura na região, acarretando a expulsão de uma grande massa de trabalhadores do campo, e estes vão viver em favelas das cidades. A partir disso o Movimento foi se organizando e construindo os grupos de base, dos quais deram início a formação dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As ocupações passam a ser planejadas com muita atenção para que os casos de assassinatos não ocorram com tanta frequência e diminua, com isso, a violência que acontecia com muita frequência no período anterior, principalmente contra os líderes sindicais.

O MST, agora com a ocupação, passa a ter conflitos não mais somente institucionais, mas também passa a cobrar do Estado a Reforma Agrária que deveria ocorrer através de desapropriações de terras consideradas improdutivas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela realização dos assentamentos das fazendas desapropriadas, passa a ter um papel importante no Estado.

Após a ocupação da fazenda Ingá, ocorreram várias outras, o que levou a criação de uma frente de massa, que era responsável pelas articulações e planejamento das ações de cada ocupação. Em 1991, tem-se a primeira ocupação no município de Marabá, esta foi realizada pela CPT na linha de frente, e logo após em 1992, ocorre um acampamento que contou com o protagonismo do MST, recém-criado no Estado. A ocupação da fazenda Rio Branco no dia 26 de junho de (1992), ocorreu de forma bastante organizada e contou com 541 famílias que ocuparam uma área com cerca de 12.500 hectares.

No ano de 1993 o MST voltou-se para a organização interna intencionando estruturar a secretaria estadual em Belém do Pará. Neste período ocorre o primeiro curso de formação de militância de cunho político no estado do Maranhão, que teve objetivos específicos de preparar uma ocupação com 2.200 famílias no cinturão verde numa área da Vale do Rio Doce em Parauapebas. Esta ação deu visibilidade e se tornou notícia nacional e internacional, o que levou a mobilização de setores e entidades como a CPT e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Neste momento o MST consegue avançar na sua organização e se fortalece no Estado.

Em 17 de abril de 1996 os acampados se dirigem em marcha de Parauapebas até Belém para negociar a área da Fazenda Rio Branco. O resultado desse ato é bastante conhecido nacional e internacionalmente e passou a ser chamado o “Massacre de Eldorado de Carajás”. A violência da polícia com o aval do governo do Estado do Pará deixou 19 mortos e dezenas de feridos, o que o tornou um dos maiores massacres contra os trabalhadores do campo dos últimos anos.

Depois do massacre essa data se torna uma referência para os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária e contra o capitalismo. O Estado não puniu até hoje os mandantes desse crime contra os Sem-Terra, ademais, é esse Estado que persegue trabalhadores que almejam ver um mundo que não haja desigualdade, uma sociedade que tenha a Reforma Agrária tão sonhada pelos trabalhadores rurais sem-terra. Essa data passou a ser conhecida como Abril Vermelho, com isso, tem-se o objetivo da conquista de novos acampamentos e assentamentos.

O acontecimento do massacre fortaleceu a articulação entre as entidades políticas e de defesa dos direitos humanos na região. O Movimento expande-se para outras áreas deixando de ser somente um movimento do sul do estado, ganhando outros espaços como na capital paraense e norte do estado.

Em 1998 o MST ocupa a fazenda Bacuri/Tanary no município Castanhal, que fica 70 km de distância da capital, local onde hoje se situa o Assentamento João Batista II com 200 famílias. A segunda ocupação que ocorreu na região foi em 1999, na fazenda Taba, em Mosqueiro, que se tornou assentamento em 2001 com o nome de Mártires de Abril, justamente um período de lutas dos movimentos sociais. A chegada dos camponeses paraenses na universidade em 2001, com o primeiro curso de Pedagogia da Terra⁶ na Universidade Federal do Pará, iniciou uma nova fase, pois além da luta pelo acesso à terra o MST dá início a luta pelo acesso ao conhecimento, o que é fundamental para romper com os limites impostos pelo capital.

Nesse novo contexto o MST fortalece os debates acerca dos caminhos que deve seguir. Em 2005 surge a Via Campesina⁷ que traz uma nova dinâmica para a luta. A primeira ação que ocorreu com a articulação da Via Campesina foi em 2008, a I Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia com o tema: “contra o imperialismo, soberania popular na Amazônia”.

A luta agora se torna maior, pois o MST e a Via Campesina se fortalecem no Estado do Pará, com a perspectiva de ampliar os horizontes da luta.

6 Pedagogia da terra, e um curso de atermancia, que tem o objetivo qualifica os professores de áreas de assentamento, esse projeto tem a parceria com PRONERA, INCRA, e Faculdades federais.

7 LA VIA CAMPESINA, este movimento nasceu em 1993, e atualmente ela e composta por 164 organizações de todo o mundo “via campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo mundo. A organização visa articular os processo de mobilizações sociais dos povos do campo em nível internacional” mais informações no site; pt.wikipedia.org/wiki/via_campesina.(20 de junho de 2015).

2.2 - A ORIGEM DO MUNICÍPIO PAUAPEBAS COM A EMPRESA VALE DO RIO DOCE NO ESTADO DO PARÁ

A Vale do Rio Doce foi instalada no sul do estado do Pará por meio do Projeto O Grande Carajás, no governo Getúlio Vargas em 1942. Este Projeto e o plano de governo Desenvolvimento para Região Amazônica, foram autorizados a iniciarem a exploração da mina no ano de 1981, trazendo como consequência: desmatamento das florestas, poluição dos rios, devastação das riquezas naturais e um movimento migratório.

O território cedido à Vale era, até então, do município de Marabá e Terras Indígenas. Não foram respeitados os direitos com esta ordem de Desenvolvimento, bem como, a ordem que rege a sociedade burguesa estabelecida desde do colonialismo. Com esse processo, o Estado do Pará desencadeou uma divisão territorial e criou municípios, sendo um deles, Parauapebas. Este território impregnado de fazendeiros, de posseiros e de garimpeiros, recebeu uma massa de imigrantes com a promessa de trabalho e de riqueza, estes tentando fugir da pobreza e de estados com índices de precarização dos trabalhos.

Com a implantação do Projeto “Ferro Carajás”, nas margens do Rio Parauapebas, começou a ser construída a Vila de Parauapebas. A notícia da construção do povoado provocou um intenso deslocamento de pessoas para a área. Em pouco tempo o povoado do Rio Verde, apesar das condições inferiores em relação aos padrões do núcleo urbano projetado em Carajás, cresceu descontroladamente. O movimento comercial também acompanha esse ritmo, justamente na área onde hoje é o bairro Rio Verde. A Vila que havia sido projetada para atender até 5 mil habitantes, segundo dados do IBGE, já estava com cerca de 20 mil habitantes.

“Os 165 quilômetros de poeira e buracos que liga Marabá à então Vila de Parauapebas foi o caminho por onde chegaram os primeiros imigrantes. Gente de todo o país, atraída pela oferta de trabalho e esperança de riqueza fácil. Parauapebas cresce de uma forma desordenada e sem estrutura ou condições mínimas para este povo”(Iranildes. 2013, P.2)

Sem trabalho para todos a mão de obra fica barata e cria um grande exército de reserva, e que na maioria dos trabalhos que são ofertados a esta camada é o trabalho análogo ao escravo em usinas de carvão ou em formos sem condições ou estrutura que garanta os direitos e a segurança destes trabalhadores.

O Pólo Serra dos Carajás é onde está instalada a elite e as pessoas de classe alta. Um espaço planejado com estrutura para aquelas famílias. Este lugar surge no início da abertura da mina e posteriormente é transformado num bairro. Logo depois da abertura da mina veio o desmatamento da floresta e a poluição, interferindo para que a empresa Vale do Rio Doce construísse uma reserva florestal, no entanto, esta reserva serve como salvo conduto e garantia do funcionamento da siderúrgica, existindo também para não ocorrer desmoronamento de terras nas escavações.

Mas a cidade não se restringe às riquezas minerais de Carajás, a maior província mineral do mundo. Nos últimos anos Parauapebas está diversificando suas alternativas econômicas, possibilitando o crescimento do agronegócio, com a ênfase para a pecuária de corte e leiteira, para a fruticultura e produção de grãos. No entanto, a cidade cresce em diversos setores, o comércio se diversifica a cada dia, o setor de serviço amplia seus negócios, todos os dias novas oportunidades se abrem com o apoio da Administração Municipal.

2.3 - HISTÓRIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PALMARES II

O Projeto de Assentamento Palmares II está localizado na região sudeste do estado do Pará, município de Parauapebas distante 820 km da capital (Belém) e 20 km de Parauapebas (cidade polo da região). Fica próximo a principal reserva mineral de ferro do mundo, a Serra dos Carajás e da estrada de ferro de Carajás, que faz o percurso Serra dos Carajás /PA – Porto do Itaquí/MA. A principal cidade de acesso e escoamento da produção é Parauapebas.

No dia 26 de junho de 1994, contando com aproximadamente 2.500 famílias, os Sem-Terra ocupam uma área de 411.946 hectares que havia sido cedida para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) sob o argumento de que a mesma seria ambientalmente conservada conhecida como “Cinturão Verde”. Esta ocupação durou três dias e foi uma estratégia encontrada pelos militantes do Movimento para pressionar o Estado e chamar atenção quanto ao problema dos trabalhadores Sem-Terra da região.

Alguns dias depois chegou uma ordem judicial para que a área fosse desocupada, isso após já ter ocorrido alguns conflitos entre os Sem Terra e as polícias da região. Após serem expulsos da fazenda os Sem Terra chegam à cidade de Parauapebas e fazem uma passeata até a sede da prefeitura Municipal, acampando em uma praça que fica em frente a esta administração. Permaneceram nesse local por alguns dias até conseguirem com a prefeitura um transporte para irem até Marabá, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os agricultores chegaram a Marabá no dia 05 de julho, exatamente nove dias após terem ocupado a área sob responsabilidade do CVRD, como apontado acima. Permaneceram acampados no pátio da sede do INCRA, dando início a novas negociações, mas que não avançaram muito. Surgiram alguns impasses e as famílias Sem-Terra decidiram mudar a tática e enviar alguns representantes do MST para Brasília, com o intuito de negociar com a direção do INCRA nacional.

Como uma forma de pressão o Movimento ocupa também a sede do INCRA de Marabá, onde ficaram por dois dias. Ao todo foram cinco meses acampados em Marabá entre os meses de julho a novembro de 1994. Como nada se resolvia, os camponeses decidiram voltar a Parauapebas, ficando inicialmente em frente do portão de entrada da Floresta Nacional de Carajás. Foram expulsos pela polícia deste local e foram para frente da Câmara Municipal de Parauapebas onde permaneceram até o dia 20 de janeiro de 1995, quando foram remanejados para uma área indicada pelo prefeito, nas proximidades da cidade conhecida com fazenda “Zé de Areia”, onde ficaram de janeiro a maio do mesmo ano.

Neste momento inicia-se um novo processo de negociações, agora com o governo estadual representado por Almir Gabriel⁸, mas novamente não obtiveram resposta às suas reivindicações. No dia 14 de maio, quase um ano após terem ocupado o “Cinturão Verde”, os Sem-Terra resolveram ocupar uma área da Fazenda Rio Branco, a mesma teve uma parte comprada pelo governo para assentar outros camponeses em 1992.

Desta vez os agricultores estavam totalmente determinados a não sair da terra, e ficaram neste acampamento de maio a outubro de 1995, quando decidiram iniciar uma marcha até Belém, distante aproximadamente 800 km de onde estavam.

No dia 10 de outubro chegaram a Eldorado do Carajás, foram convidados a formar nova comissão para participar de outra reunião com o INCRA, novamente em Brasília. Desta vez, depois de um ano e quatro meses de luta, os Sem-Terra conseguiram que fosse desapropriada outra parte da fazenda Rio Branco, que recebeu o nome de Assentamento Palmares em homenagem à resistência de Zumbi, líder dos escravizados que fugiram do cativeiro no século XVII e ao Quilombo de Palmares, o maior de todos os quilombos que já existiu. Esta foi a homenagem a história de luta do Zumbi que é considerado um símbolo de resistência para o seu povo e é uma referência até os dias atuais.

Na condição de assentados da Reforma Agrária, iniciam a organização da Vila, pensando em escolas, posto de saúde, saneamento básico, energia elétrica, dentre outros aspectos fundamentais para uma boa qualidade de vida.

O Assentamento Palmares II está organizado em uma área de aproximadamente 150 km retangular, que está dividida em área comunitária e área para residências. Possui as seguintes estruturas: escola, posto de saúde, praça, igrejas e a cooperativa dos assentados.

8 Almir Gabriel; foi prefeito da capital do Pará, e também governou o estado duas vezes, e seu mandato foi marcado pelo o massacre de Eldorado dos Carajás, que policiais e capangas de fazendeiro, mataram 19 companheiros do movimento dos trabalhadores sem terra (MST).

O assentamento foi implantando com um número de 583 famílias assentadas, e 4.400 pessoas com um espaço para as casas, com um sistema de abastecimento de água considerado precário e não abastece toda Vila do assentamento. Um dos principais problemas é a irregularidade no fornecimento de água, por isso, os assentados da Vila utilizam água de poço, também conhecido como cisterna, para consumo e para suas necessidades pessoais.

Os agentes de saúde fornecem o hipoclorito de sódio para que possam consumir a água e preparar as refeições, no entanto, a maioria não o utiliza e não tem o hábito de filtrar ou ferver a água gerando um aumento de doenças, nesse caminho ocorreu epidemia de malária, uma doença que fragiliza a pessoa, e um dos maiores indicadores de mortalidade no Pará, devido a região ser de áreas alagadas.

Com muitas lutas e reivindicações contra o Estado, pois este que é para garantir a legitimidade dos direitos e o acesso, mas justamente é esse mesmo Estado que mais negligencia e dificulta o acesso aos direitos de todos. No entanto, os assentados não querem o que é dos outros, eles querem o que é deles nada mais, fazendo com que os filhos e pais amigos do MST se lancem a luta para que possam ter dias melhores, até a conquista de um posto de saúde com profissionais capacitados do próprio assentamento. Claro que nem tudo é como realmente gostariam, mas expõem alguns anseios com relação à qualidade de saúde, não só no assentamento.

No que se refere ao acesso à saúde há que considerar que o SUS “o Sistema Único de Saúde, criado no Brasil em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, tornou o acesso gratuito à saúde e um direito de todo cidadão”. Porém, o acesso à saúde, que é um direito do cidadão, não está sendo respeitado pelos poderes públicos, factuando um descaso e descumprimento dos direitos estabelecidos e normatizados.

O assentamento Palmares II, é um exemplo de luta e perseverança colhe-se bons resultados. A partir da conquista da terra e a consolidação do assentamento das famílias ocorreram várias outras conquistas em outras áreas. A saúde por mais que não possa ser tomada

como totalmente positiva, pois a demanda cresce constantemente com o passar dos anos, mesmo assim vem ocorrendo a assistência por parte do município e em caso de necessidade o atendimento é feito no hospital municipal de Parauapebas que fica a 20 km do assentamento.

A luta por um atendimento emergencial no próprio assentamento com um espaço de internação é uma das metas e um ponto de pauta para futuras reivindicações dos assentados. Ainda na área de saúde o investimento por parte do MST na saúde popular vem suprindo, de forma significativa, a demanda por atendimento e, geralmente, é feito por assentados qualificados para tal.

No âmbito da educação, no acampamento da Fazenda Rio Branco, foi necessário estabelecer forte pressão junto ao município pois não havia interesse por parte dos governantes de garantir escolas rurais nos locais de moradia das crianças assentadas.

Geralmente os filhos dos assentados eram matriculados em escolas próximas ao acampamento, mas o problema que essa situação traz é a permanência dos filhos de assentados. Garantir escola no local de moradia, nesse caso, o assentamento, possibilita o fortalecimento dos laços com a comunidade e diminui com isso as chances de abandono do campo. A luta pela educação iniciou uma preocupação com a qualificação de professores, que seriam os próprios moradores do assentamento.

Uma das conquistas foi a Escola Crescendo na Prática. É claro que essa escola e a qualificação dos professores não foi de um dia para outro, teve muita luta contra o sistema, e um dos fatos que marcou o assentamento foi quando se completou um ano que os assentados construíram um barracão de palha para que fosse a escola.

Uma das perdas enfrentadas pelos assentados ocorreu no barracão onde funcionava a escola do assentamento. Um incêndio, que nunca se soube se foi acidental ou criminoso, consumiu a estrutura de madeira e palha levou consigo o suor daquele povo. Esse acontecimento não encerrou essa batalha pela garantia de educação às crianças e adolescentes do

assentamento, novas lutas iniciaram e agora direcionadas a pressionar o Estado. Nesse embate com o setor público garantiu-se a instalação de uma escola no local e junto dela o posto de saúde.

A conquista da escola não significou que crianças e adolescentes tenham um ensino de qualidade, que supra todas as demandas sobre a educação. Com essa escola foi possível atender cerca de 1.296 alunas(os) desde alfabetização de crianças, Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino fundamental e o ensino médio no sistema modular. *“O Ensino Modular tem uma história muito rica a surgiu em 1982, no Estado do Amapá como uma resposta às necessidades das comunidades do interior do Estado que não tinham a possibilidade de ser assistidos, pelo Estado, com o Ensino Médio regular”* (Projeto SOME⁹). Depois da experiência que deu certo no Amapá foi implantado em outros estados do Brasil.

No Pará, pela sua forma geográfica, a população em sua maioria é ribeirinha e tem maiores dificuldades de acesso ao ensino médio regular. Essa modalidade de ensino veio a contribuir para diminuir a evasão das escolas.

O município de Parauapebas aderiu a essa forma de ensino tanto em bairros mais distantes da cidade quanto em áreas de assentamento, com um plano de educação básica para todas as aulas. Cada semestre tem que terminar num prazo de 45 dias para que as disciplinas sejam todas lecionadas. Estes semestres são divididos em quatro módulos cada. As disciplinas têm esse tempo estimado para serem cursadas, existindo muitas dificuldades que aflige as(os) estudantes.

A escola do assentamento Palmares II, Crescendo na Prática, foi construída em 02 de abril de 1996. São 16 salas de aula, uma sala da coordenação e da diretoria da escola, um grande pátio para os alunos fazerem as suas refeições na escola. Com o passar dos anos a escola não estava mais atendendo as necessidades dos alunos, pois o espaço físico era insuficiente e,

9 SOME; foi um projeto desenvolvido para ampliar a educação, em locais de difícil, fazendo um plano de aula em sistema modular, que está respaldado na Lei 9394/95, art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), teve início no estado do Amapá, depois foi segmentado para outros estados que apresentam essa dificuldade de acesso ao ensino.

com isso, houve uma ampliação no ano de 2000, momento em que foi construído mais salas de aulas.

O assentamento conquistou uma creche para a maternidade até a 5ª série, em 2012, e uma escola de ensino médio para os adolescentes, ainda que não esteja implementado um ensino regular, pois esse é um dos pontos de pauta ainda não conquistados, problematiza-se uma necessidade para que tenha o ensino regular concomitantemente a luta por um ensino de qualidade.

O estado do Pará, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um estado com baixo índice de ensino, devido ao difícil acesso as localidades ou pela deficiência dos projetos que permitam maior acessibilidade e viabilize o acesso para todos.

Para o senso comum esta luta do MST é somente para invadir a terra, por isso, ressaltamos sobre a saúde e a educação que são pontos de fundamental importância na agenda do MST. Parte-se do pressuposto dos assentados como organizadores social marcado pelo que define a sociedade camponesa como sendo uma sociedade de interconhecimento (NEVES, 1998), ou seja, os camponeses como uma forma de sociabilidade.

A produção no assentamento foi organizada, tanto de forma individual como coletiva. Cada assentado tinha a sua roça, uma área de 5 alqueiro de terra para a produção e consumo da sua família. Da área coletiva foram feitos projetos em que todos tinham direito e acesso ao que era produzido neste local, como por exemplo: o leite, a carne do gado e dos porcos criados no espaço e gerenciados por uma cooperativa de moradores Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores do Assentamento Palmares. Esta cooperativa era responsável pela organização dos agricultores, os quais trabalhavam na feira dos produtores de Parauapebas.

A imagem do pequeno agricultor na sociedade é a de não manter o mercado, pelo fato que a história do campesinato está ligada ao latifúndio. O fato é que o pequeno agricultor é quem mantém o mercado, é ele quem planta e ele quem vende. Esse é o perfil das(os) produtoras(es) do assentamento

Palmares II. A feira de produtores é mantida com produtos de áreas de assentamentos que ficam próximas da cidade.

O setor de produção apresentou maior desenvolvimento em projetos para dar este suporte aos assentados, mas por falta de qualificação e informação, os espaços que foram sendo construídos para dar este suporte aos assentados chegaram ao fim, restando somente o prédio.

A Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (APROCPAR) foi fundada em 22 de março de 1996. Representa juridicamente as(os) assentadas/os juntos aos agentes financeiros, órgãos públicos ou privados e instituições. Essa associação enfrentou dificuldades pela falta de organização por parte de seus associados, devido a uma série de fatores que refletiu nas famílias associadas, ocasionando uma quebra nas bases sociais do assentamento. Com isso, alguns assentados, alegando insatisfação e tendo novos anseios, criaram uma nova associação, a APROFAP e uma cooperativa a COOPALMAS.

As famílias assentadas passam por um processo de readequação das relações, pois tem que formar os planos de trabalho para que possam produzir, e com isso, todos que fazem parte da família trabalham de forma coletiva e os recursos são compartilhados.

Com o tempo o Plano de Recuperação do Assentamento, com as ações para melhoria do assentamento, apresentou como propósito garantir que as questões levantadas junto à comunidade chegassem ao conhecimento do INCRA, onde o mesmo possa analisar e tirar todas as propostas para que sejam implantadas no assentamento e as melhorias possam ser realizadas e reflitam nas condições de vida dos assentados e garantia da sustentabilidade dos mesmos.

O assentamento vem passando por algumas mudanças, na forma sociopolítica – organizativas. Algumas instâncias deixaram de atuar e assim surgiram novas representações jurídicas por exemplo os grupos que eram divididas em ruas para melhor passar as informações e tomar decisões coletivas, ficando os setores como três voltas, limão, áreas do assentamento.

Sendo que a problemática está posta para todos os representantes tanto da organização quanto para os representantes das políticas que fizerem um recorte entre as classes, que sempre prevalece a relação do poder, no caso, a VALE. S.A.

O estado e os gestores pretendem calar protestantes políticos, que lutam pelo seu direito, com projetos e programas que tem estimativa de tempos limitados para acontecerem, podendo ocorrer a qualquer momento uma mudança nas normas.

Os principais problemas no assentamento estão ligados a migração dos adolescentes para a cidade, por conta de não terem muitas possibilidades de trabalho, gerando um descontentamento entre as famílias. O único trabalho no momento está sendo oferecido por empresas terceirizadas da empresa VALE, a maior mineradora que vem gerando problemas para os trabalhadores rurais, como ocorreram alguns casos de poluentes do minério caírem sobre os rios provocando a morte de vários peixes, onde os problemas causados pela VALE.S.A. estão ligados com a saúde, o meio ambiente, e a face econômica do território.

Essa empresa desenvolve atividades políticas para estabelecer mecanismos de controle do espaço no seu entorno, como ocorre no assentamento desenvolvimento de projetos de educacional e etc. Ela se insere nas áreas de assentamento apresentando projetos para os jovens como cursos de qualificação de mão de obra barata para empresas terceirizadas que prestam trabalho braçal, cursos esses que só ensinam o básico, nesse intuito de manter o controle.

As formas de organização que o assentamento escolheu foi a de criar a associação APROCPAR.

No ano de 1999 os assentados conquistaram financiamento agropecuário junto ao Banco do Brasil, na linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) grupo A, beneficiando 405 famílias. Os créditos foram acessados em 31 de dezembro de 1999. Os financiamentos previam aquisição de 727 matrizes de bovinos

com aptidão leiteira e 38 touros reprodutores, engorda de 9.100 frangos de corte de dois em dois meses, aquisição de 184 matrizes e 17 reprodutores suínos, aquisição de 179 alevinos de peixes para recriar e engordar, implantação de 4.691 mudas de pimenta do reino 18.451 mudas de café, 990 mudas de manga para exportação, aquisição de uma beneficiadora de arroz com capacidade de 20 sacos de arroz/dia.

O projeto de bovinocultura foi implantado e adquiridas as matrizes e touros de forma coletiva, porém, após a implantação dividiram as matrizes e touros. A piscicultura, suinocultura e avicultura foram implantadas coletivamente. Não tiveram viabilidade econômica, assim como os agricultores técnicos não tinham capacitação adequada. Na avicultura também houve dificuldades na compra de pintos para engordar. Quanto às culturas permanentes foram implantados de forma individual, mas devido a erros de contabilidade os projetos não foram concluídos adequadamente, faltando recurso para aquisição de mudas, plantio e tratamentos culturais.

Os projetos elaborados no ano de 1999 e 2002 foram contratados de forma coletiva, mas devido complicação no pagamento das parcelas, por exemplo se algum dos mutuários de um grupo deixar de pagar sua parte na parcela, a mesma não é quitada e os que pagam continuam inadimplentes.

Com os projetos e as reivindicações dos assentados observamos uma melhora na qualidade de vida, no entanto não é o suficiente, as políticas públicas para chegarem numa área de assentamento precisam passar por tantos obstáculos burocráticos: os projetos governamentais, os recursos direcionados para esses projetos, quando na verdade pode ser modificado a qualquer momento, é dessa forma que o nosso povo é tratado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pude compreender a força do movimento de massa, que a luta pela Reforma Agrária vem sendo constantemente estudada para compreender por que motivo não se consolidou de fato, e isso pode ferir os interesses do capital.

“Esse movimento nacional desenvolve ações na região do Brasil onde conflito fundiário tem o maior grau de violência. Se consolida, no Pará, em uma área historicamente marcada pela Guerrilha do Araguaia. Isso se dá pela realização de ações com base na crítica á uma forma tradicional de resistência- a luta posseira- e com base na sua práxis descobre as particularidade da luta na Amazônia e procura se colocar à altura destes desafios”.(Rocha; 2015, P. 29).

E por esse motivo a burguesia se utiliza do Estado, usando do seu poder para não permitir que esse povo seja uma ameaça e sim como massa de manobra. Por este motivo a classe dominante não quer que o povo tenha conhecimento e clareza, para que não possa interferir nos seus interesses, e com o Estado ao seu favor, a elite faz de tudo para que não fiquemos visíveis e não sejamos transformadores da realidade, para que o povo não reivindique o que é de direito. O MST e demais movimentos sociais, que teve início no berço dos sindicatos e partidos políticos, vem mostrando que essa realidade por muitas vezes e ocultada de nós.

A História mostra que os direitos sociais são marcados por grandes conflitos nesse Estado burguês que vivemos. Diante disso temos que considerar e ressaltar os resultados de pesquisas que tratam desse tema com grande relevância para que possamos lutar e conquistar a tão sonhada Questão Agraria. *“O camponês enquanto estratégia realiza lutas a fim de um espaço produtivo, por uma constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família”.* (Teixeira, 2006.P:27).

Ressaltar os nossos mártires que foram tombados no decorrer da luta, a importância que eles tiveram de continuar vivo em cada conquista e em cada ação que os movimentos sociais realizam. *“Numa tarde de 1996, dezenove camponeses foram metralhados, a sangue-frio, por membros da polícia militar*

do estado do Pará, na Amazônia brasileira” (Rocha 2015.p:53). É importante lembrar também do Abril Vermelho, onde recorda-se todas(os) aquelas(es) que já se foram nessas ações.

O assentamento Palmares II, foi a escola de grandes militantes, nesse processo de perca e ganhos, temos a convicção de que a luta e a melhor forma de quebra o tabu de assentamento do MST, que são pessoas perigosas e um bando de desocupadas, somos filhos da terra e por ela lutamos para manter as nossas famílias, e fazendo com que a luta contra o capitalista que quer impedir os trabalhadores de progredir.

O MST tem o objetivo de aumentar os seus militantes na universidade, ocupando o latifúndio do saber, que e negado aos pobres do país.

Bibliografia

ALBUQUERQUE Valéria de Oliveira, Dissertação de Mestrado em Serviço Social / Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II / Plano Nacional de Reforma Agrária / Franca – S.P. 2006; http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98603/albuquerque_vo_me_fran.pdf;sequence=1 pesquisado 27/11/2016 as 08:27

BRAYNER, Conceição de Nazaré de Moraes / Sistema de Organização Modular de Ensino: um estudo avaliativo da organização do trabalho pedagógico no ensino médio do meio rural. / Conceição de Nazaré Brayner. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará - UEPA. Belém, 2012. (137 f)

BEER, Max; História do Socialismo e das Lutas Sociais / Max Beer ; Tradução Horácio de Melo – 1.ed. – São Paulo : expressão popular, 2006. 608 p. : il.

Governo PT: Uma análise econômica dos Lula e Dilma / Manoel da Silva Ramão; Solange Neves Carmo / Calos Aguiar do Santos. 2012; Governado Valadares <http://pt.slideshare.net/manoelromao/governo-luladilma-uma-anlise-econmica-do-periodo> pesquisado no dia 26/11/2016 as 23:38 hs.

LIMA/ CAMINI, Luta, História e Movimento Pedagógico da Escola do MST na Bahia, no Pará e em Pernambuco / coordenação e organização Isabela Camini, Jeansey Lima. – 1.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2011 128 p : il,-(fazenda escola, n5)

2º MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS EM CONCEPÇÃO, PRÁTICA SINDICAL METODOLOGIA DA FORMAÇÃO. / REGIÃO CENTRO OESTE / Data: 16 a 22 de setembro de 2007/ www.contag.org.br/imagens/f729Caderno%20de%20Text pesquisado 27/11/2016 as 19:45 hs

Os 25 anos do MST, nº 23 janeiro de 2009, autor desconhecido <http://antigo.mst.org.br/book/export/html/101> pesquisado em 27/11/2016 as 18:20 hs

O Surgimento do Partido dos Trabalhadores: Uma análise de documento história de sua pré-fundação / Gislene Edwiges de Lacerda. <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a22.pdf> pesquisado 28/11/2016 as 10:38 hs

Origem: wikipédia, a enciclopédia livre pt.wikipedia.org/wiki/floresta_nacional; pesquisado em 28/11/2016/ as 11:44

projeto de assentamento tabela do incra estado do pará
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf, pesquisado no dia 26/11/2016 as 13:45 hs.

presidente dilma rousseff: pt.wikipedia.org/wiki/dilma_rousseff. Pesquisado em 02/12/2016 as 13:17hs

ROCHA, André Carlos; O MST e a luta pela terra no Pará. / André Carlos Rochas. -1. ed.- Marabá, PA : Editorial iGuana, 2015. 76 p.: il.

SOUZA, Cleonece Borges; CAUME, David José. Crédito Rural e a Agricultura Familiar no Brasil. Universidade Federal de Goiás, ano 2008: mais informações estar disponível em pdf; www.saber.orgg.br/palestra/9/882.pdf. Pesquisado 2016/ 06/14, as 14; 27. hs

TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima, A interferência da mineração industrial na estabilidade de assentamentos rurais; o caso de Parauapebas / Sheila do Socorro Lima Teixeira ; orientador. Maurílio de Abreu Monteiro. - 2006.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (org). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.*